

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS  
DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
(ASSIMAGRA)**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA  
EXERCÍCIO DE 2018**



Knowing you.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

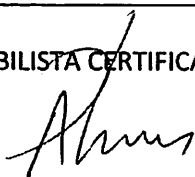
**Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de Dezembro de 2018**

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

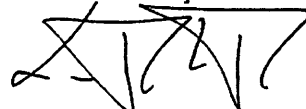
**Demonstração da Posição Financeira Individual  
em 31 de Dezembro de 2018 e 2017**

RUBRICAS	NOTAS	( valores em Euros)	
		2018	2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	305 018	294 336
Activos intangíveis	7	0	1
Outros investimentos	8	38 374	37 751
Créditos a receber	8	0	955
		<b>343 392</b>	<b>333 043</b>
<b>Activo corrente</b>			
Clientes	9	600 893	734 801
Estados e outros entes públicos	10	33 168	2 942
Outros créditos a receber	12	2 043 933	1 333 114
Diferimentos	13	191 939	1 865
Activos financeiros detidos para negociação		26 533	7 176
Caixa e depósitos bancários	4	396 987	503 356
		<b>3 293 453</b>	<b>2 583 254</b>
<b>Total do activo</b>		<b>3 636 845</b>	<b>2 916 297</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	14	355 825	355 825
Resultados transitados	15	570 039	273 448
Ajustamentos/Outras variações em fundos patrimoniais		243 065	243 065
		<b>186 608</b>	<b>296 591</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 355 537</b>	<b>1 168 929</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	16	74 835	86 040
		<b>74 835</b>	<b>86 040</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	759 263	141 203
Estado e outros entes públicos	10	20 531	61 849
Financiamentos obtidos	16	42 261	35 936
Outras dívidas a pagar	18	1 163 359	1 172 611
Diferimentos	19	221 059	249 729
		<b>2 206 473</b>	<b>1 661 328</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 281 308</b>	<b>1 747 368</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3 636 845</b>	<b>2 916 297</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**Demonstração dos Resultados Individual  
em 31 de Dezembro de 2018 e 2017**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	( valores em Euros )	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	20	1 862 251	1 958 901
Subsídio à exploração	21	1 734 707	1 147 363
Fornecimentos e serviços externos	22	-3 053 984	-2 509 617
Gastos com o pessoal	23	-400 250	-355 279
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-60 027	-69 949
Provisões (aumentos/reduções)		0	-75
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	11	-425	0
Aumentos/reduções de justo valor		-643	3 085
Outros rendimentos	24	188 896	221 257
Outros gastos	25	-50 019	-47 033
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>220 506</b>	<b>348 653</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-22 461	-28 876
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>198 045</b>	<b>319 777</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	0	1 217
Juros e rendimentos similares suportados	26	-6 185	-12 158
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>191 860</b>	<b>308 835</b>
Imposto sobre o rendimento do período	27	-5 252	-12 245
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>186 608</b>	<b>296 591</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO

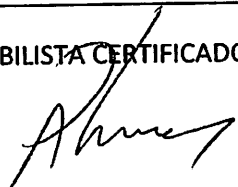


**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**Demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais  
em 31 de Dezembro de 2018 e 2017**

	<b>Fundos</b>	<b>Resultados Transitados</b>	<b>Ajustamentos/ Outras variações nos Fundos Patrimoniais</b>	<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>
<b>Saldo em 1 Janeiro 2017</b>	355 825	81 908	243 065	191 540	872 338
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0		0
Aplicação do Resultado Líquido de 2016		191 540		-191 540	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>				296 591	296 591
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>		191 540	0	105 051	296 591
<b>Posição em 31 Dezembro 2017</b>	355 825	273 448	243 065	296 591	1 168 929
<b>Saldo em 1 Janeiro 2018</b>	355 825	273 448	243 065	296 591	1 168 929
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0		0
Aplicação do Resultado Líquido de 2017		296 591		-296 591	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>				186 608	186 608
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>		296 591	0	-109 983	186 608
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
Distribuições					
<b>Posição em 31 Dezembro 2017</b>	355 825	570 039	243 065	186 608	1 355 537

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**Anexo às Demonstrações Financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2018**

**1 – Informação geral**

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS – ASSIMAGRA (doravante designada por “Assimagra” ou “Associação”) foi fundada em 11 de Setembro de 1975, substituindo o ex-Grémio Nacional dos Industriais de Mármore, Granitos e Cantarias, assumindo-se como uma associação privada sem fins lucrativos, tendo por objecto representar todos os empresários, que, em Portugal exerçam a indústria dos mármore, granitos e rochas similares ou indústrias afins. A Assimagra procura contribuir activamente para a resolução dos problemas específicos do sector, tendo em vista a maior produtividade e a aplicação de ajustadas práticas comerciais, bem como, a defesa e apoio dos associados. Como forma de divulgar junto dos associados a outras entidades a actividade desenvolvida pela associação, bem como mater uma informação actualizada da evolução do sector face às realidades nacionais e estrangeiras, edita a revista “A Pedra”.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação pela Direcção em 2 de Abril de 2019, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Accionistas, nos termos dos estatutos e da legislação em vigor em Portugal.

Os responsáveis da Associação, isto é, os membros da Direcção que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Assimagra.

As Notas deste anexo seguem a ordem pela qual os Itens são apresentados nas demonstrações financeiras.

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

**a) Referencial Contabilístico**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com todas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho (na sequência da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho). Assim, tais demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

**b) Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**c) Regime do acréscimo**

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

**d) Classificação dos activos e passivos não correntes**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como passivos não correntes.

**e) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

**f) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

**g) Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são, à luz da **NCRF 24 – Acontecimentos após a data do balanço**, reflectidos nas demonstrações financeiras do período de relato. No caso particular da Assimagra, não foram identificados quaisquer casos susceptíveis de influenciar as referidas demonstrações.

**h) Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

**3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

**3.1. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Assimagra são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

**3.2. Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Considera-se, como custo de aquisição, os custos

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual e local de uso).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do activo fixo tangível sendo depreciada integralmente até à data prevista da manutenção.

Todos os outros custos de manutenção, conservação e reparação são registados em resultados durante o período financeiro em que são incorridos.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes anuais, a partir da data em que o activo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor reflectem as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	Nº de Anos
Edifício e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 - 8
Outros activos fixos tangíveis	10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato. Se a quantia escriturada de um activo fixo tangível for superior ao seu valor recuperável procede-se ao ajustamento do seu valor contabilístico para o seu valor recuperável estimado, mediante o reconhecimento de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de activos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros gastos operacionais.

### 3.3. Investimentos financeiros

#### a) Investimentos em Associadas

Os investimentos financeiros em Empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com a **NCRF 13 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas**. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a parte da Empresa nos resultados das Empresas associadas, por contrapartida da rubrica de "perdas/(ganhos) em Empresas participadas, e ajustada pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios das Empresas associadas. As participações financeiras poderão ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

#### b) Investimentos noutras Empresas

Todas as participações de capital em entidades com as quais não existe um controlo ou influência significativa, encontram-se registadas em conformidade com **NCRF 27 – Instrumentos financeiros**. De acordo com esta norma, as participações encontram-se



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS**  
**ASSIMAGRA**

valorizadas ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais imparidades apuradas, sendo reconhecidos como ganhos dos exercícios os dividendos distribuídos por aquelas entidades.

#### 3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos e o correspondente valor para efeitos fiscais. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos. No final de cada período é efectuada uma avaliação desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função da sua expectativa de utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulta de transacções ou eventos reconhecidos em rubricas de fundos patrimoniais, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 3.5. Clientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal, sendo subsequentemente deduzidas de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

#### 3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

#### 3.7. Fundo social

O Fundo Social corresponde aos resultados acumulados pela Associação ao longo da sua existência.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

O valor da rubrica reconhecida em Balanço encontra-se escriturado pelo montante realizado.

**3.8. Fornecedores e outras dívidas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

**3.9. Financiamentos bancários**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro acordada são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

**3.10. Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e concessões decorrentes da actividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

**3.11. Subsídios**

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de aquisições de activos fixos tangíveis estão registados em balanço em rubrica de fundos patrimoniais e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios á exploração são registados como rendimentos do exercício.

**3.12. Imparidade de Activos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação da imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obterá com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

### 3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

### 3.14 Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. A Empresa não reconhece activos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

### 3.15 Juízos de valor e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**4. Fluxos de caixa**

A discriminação de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é como se segue:

RUBRICAS	NOTAS	( valores em Euros )	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		1 671 228	2 137 686
Pagamentos a fornecedores		(2 488 095)	(3 163 938)
Pagamentos ao pessoal		(371 591)	(355 279)
Caixa gerada pelas operações		(1 188 458)	(1 381 531)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(9 303)	(8 068)
Outros recebimentos/pagamentos		1 102 457	993 294
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(95 304)	(396 304)
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		0	1 217
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0	1 217
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		31 720	
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(36 600)	(235 932)
Juros e gastos similares		(6 185)	(12 158)
Dividendos			
Redução de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(11 064)	(248 090)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(106 368)</b>	<b>(643 178)</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	503 356	1 146 534
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	396 987	503 356

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

RUBRICA	31/12/2018	31/12/2017
Numerário	1 841	1 687
Depósito á Ordem	95 146	201 668
Depósito a Prazo	300 000	300 000
<b>Caixa e seus equivalentes no Balanço</b>	<b>396 987</b>	<b>503 356</b>
<b>Caixa e seus equivalentes na demonstração de Fluxos de caixa</b>	<b>396 987</b>	<b>503 356</b>

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros**

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2018 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2017, apresentada para efeitos comparativos.

**6. Activos fixos tangíveis**

Durante o exercício de 2018 o movimento ocorrido no valor dos activos tangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Terrenos e Recursos Naturais	Edifício e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Custo do Imobilizado							
Saldo em 01/01/2018	79 496	269 741	46 247	107 667	169 354	103 047	775 553
Adições				31 720	1 422		33 142
Abates				-16 160			-16 160
Transferências							0
Saldo em 31/12/2018	79 496	269 741	46 247	123 227	170 776	103 047	792 535
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2018	0	72 759	46 019	91 318	168 074	103 047	481 217
Aumento de depreciações do exercício		5 325		16 105	1 030		22 460
Diminuição de depreciações do exercício				-16 160			-16 160
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2018	0	78 084	46 019	91 263	169 104	103 047	487 516
Valor Líquido							
Saldo em 01/01/2018	79 496	196 982	228	16 349	1 280	0	294 335
Saldo em 31/12/2018	79 496	191 657	228	31 964	1 672	0	305 018

Durante o exercício de 2017 o movimento ocorrido no valor dos activos tangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Terrenos e Recursos Naturais	Edifício e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Custo do Imobilizado							
Saldo em 01/01/2017	79 496	269 741	46 247	107 667	168 306	103 047	774 504
Adições					1 049		1 049
Abates							0
Transferências							0
Saldo em 31/12/2017	79 496	269 741	46 247	107 667	169 354	103 047	775 553
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2017	0	67 434	46 019	68 441	167 400	103 047	452 341
Aumento de depreciações do exercício		5 325		22 877	674		28 876
Diminuição de depreciações do exercício							0
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2017	0	72 759	46 019	91 318	168 074	103 047	481 217
Valor Líquido							
Saldo em 01/01/2017	79 496	202 307	228	39 226	905	0	322 163
Saldo em 31/12/2017	79 496	196 982	228	16 349	1 280	0	294 335

A Associação possui Activos Tangíveis adquiridos através de Leasing financeiro, que em 31 de Dezembro de 2018 têm um valor líquido de 117.096 euros, conforme quadro abaixo:

Ativos Tangíveis adquiridos em Leasing	Valor Líquido
Veiculos ligeiros	57 641
Instalações	59 456
Total	117 096

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**7. Activos Intangíveis**

Durante o exercício de 2018 o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

<b>Rubrica</b>	<b>Programas de Computador</b>	<b>Total</b>
Vida útil em anos	3	
<b>Custo do Imobilizado</b>		
<b>Saldo em 01/01/2018</b>	9 900	9 900
Adições		
Abates		
Regularizações		
Transferências		
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	9 900	9 900
<b>Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2018</b>	9 899	9 899
Aumento de depreciações	1	1
Diminuição de depreciações		
<b>Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2018</b>	9 900	9 900
<b>Imobilizado Liquido</b>		
Saldo em 01/01/2018	1	1
Saldo em 31/12/2018	0	0

Durante o exercício de 2017 o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

<b>Rubrica</b>	<b>Programas de Computador</b>	<b>Total</b>
Vida útil em anos	3	
<b>Custo do Imobilizado</b>		
<b>Saldo em 01/01/2017</b>	9 900	9 900
Adições		
Abates		
Regularizações		
Transferências		
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	9 900	9 900
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2017	9 899	9 899
<b>Aumento de depreciações</b>		0
Diminuição de depreciações		
<b>Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2017</b>	9 899	9 899
<b>Imobilizado Liquido</b>		
Saldo em 01/01/2017	1	1
Saldo em 31/12/2017	1	1

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**8. Participações financeiras e créditos a receber**

Esta rubrica é constituída essencialmente, por investimentos em associadas, que se encontram registadas pelo método de equivalência patrimonial e também por investimentos em outras empresas que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição, não tendo sido reconhecidas quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, esta rubrica inclui os seguintes investimentos:

<b>Rubrica</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Participações de capital em associadas - M.E.P.	0	0
Empréstimos concedidos	14 579	15 109
Investimentos noutras empresas	37 060	37 060
Fundos de compensação do trabalho	1 313	691
Perdas por imparidade em Investimentos Financeiros	-14 579	-14 154
<b>Total</b>	<b>38 374</b>	<b>38 706</b>

Em 31 de Dezembro de 2018, a Associação detém as seguintes participações financeiras:

	<b>Capital próprio</b>	<b>Resultado líquido</b>	<b>Participação</b>	
			<b>%</b>	<b>Montante</b>
<b>Empresas associadas:</b>				
EDC Mármores - Empr.Gest.Ar.Dep.Comum Marm. SA	(705 925)	(120 409)	43	129 000
<b>Outras Empresas:</b>				
CEVALOR			1,755	14 964
ESTER			4,642	4 990
IPO- Instituto Português da Qualidade (APCER)			0,416	3 741
ADRAL-Ag. Desenvolvimento Regional do Alentejo			0,222	998
APCER				12 368

**9. Clientes**

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

<b>RUBRICA</b>	<b>31/12/2018</b>		<b>31/12/2017</b>	
	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>
Clientes - Conta corrente	1 029 990		1 170 082	
Clientes - Partes relacionadas	11 400		21 780	
Clientes - Cobrança duvidosa	40 203		40 203	
Clientes - Outros				
Ajustamentos por imparidade de clientes	-480 700		-497 264	
<b>Total</b>	<b>600 893</b>	<b>0</b>	<b>734 801</b>	<b>0</b>

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava-se como segue:

<b>Antiguidade de Saldo de Clientes</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Menos de 180 dias	372 022	112 632
Mais de 180 dias	709 571	1 119 433
Ajustamentos por imparidade acumulados	-480 700	-497 264
<b>Total</b>	<b>600 893</b>	<b>734 801</b>

Os movimentos ocorridos durante o anos de 2018 e 2017 na rubrica de imparidade de contas a receber teve o seguinte detalhe:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Saldo Inicial</b>	497 264	575 761
Aumentos	122 721	79 357
Desreconhecimento de ativos por imparidade	-77 811	-148 480
Reduções	-62 694	-9 373
Outros ajustamentos	1 220	
<b>Saldo Final</b>	<b>480 700</b>	<b>497 264</b>

Os aumentos e reduções de Imparidades de clientes estão relacionados com a avaliação da imparidade de contas a receber segundo os critérios adoptados pela Associação.  
O desreconhecimento de ativos por imparidade dizem respeito à utilização direta de imparidades com clientes, relativas a dívidas incobráveis que se encontravam totalmente provisionadas.

#### **10. Estado e outros entes públicos**

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

<b>RUBRICA</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Rendimento - IRC	994	2 942
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	32 022	0
Outros impostos e taxas	152	
<b>Total</b>	<b>33 168</b>	<b>2 942</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimento - IRC	5 252	12 245
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA		36 228
Imposto sobre o Rendimento - IRS	7 479	6 182
Segurança Social	7 800	7 195
Outros impostos e taxas		
<b>Total</b>	<b>20 531</b>	<b>61 849</b>



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**11 – Partes relacionadas**

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, são consideradas partes relacionadas todas as filiais, associadas e restantes empresas em que a Associação detém participações, de acordo com o IAS 24.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

Entidades	Saldos 2018					
	Contas de clientes	Outras Contas a Receber	Contas de Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Empréstimos Concedidos	Provisões e Imparidade
<b>Empresas associadas:</b>						
EDC Mármores - Empr.Gest.Ar.Dep.Comum Márm. SA	11 400				14 579	25 979
<b>Total</b>	<b>11 400</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14 579</b>	<b>25 979</b>

Entidades	Saldos 2017					
	Contas de clientes	Outras Contas a Receber	Contas de Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Empréstimos Concedidos	Provisões e Imparidade
<b>Empresas associadas:</b>						
EDC Mármores - Empr.Gest.Ar.Dep.Comum Márm. SA	21 780				15 109	35 934
<b>Total</b>	<b>21 780</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15 109</b>	<b>35 934</b>

**12. Outros créditos a receber**

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2018		31/12/2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Adiantamento a fornecedores				
Adiantamentos ao pessoal			0	
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 002 159		1 224 523	
Outros devedores	41 774		108 592	
Ajustamentos por imparidades	0		0	
<b>Total</b>	<b>2 043 933</b>	<b>0</b>	<b>1 333 114</b>	<b>0</b>

A Rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” em 31 de Dezembro de 2018, tem a seguinte decomposição:

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

	Projecto	Ano Execução	observações	Valor
QREN	PA2/Projectos Integrados	2015	b)	38 136
QREN	STONE PT -45	2015	b)	74 955
QREN	Barómetro Mármore - 002	2015	a)	9 243
QREN	Primeira Pedra -15107 (POCI-SIAC)	2015	a)	81 072
QREN	69_INTERSTONE 2015/2016	2015	a)	490 910
QREN	linked by Stone (16251)	2016	a)	31 084
QREN	INTERSTONE 2017/2018	2017	a)	825 684
QREN	Enterprise (prj 16225)	2017	a)	85 184
QREN	Formação Acção (FSE)	2017	a)	547
QREN	Primeira Pedra II ( 37673 )	2018	a)	324 730
QREN	S.TONE	2018	a)	40 614
<b>Total</b>				<b>2 002 159</b>

- a) Valor respeitante à parte das despesas já incorridas pela Assimagra.  
b) Valor respeitante à análise dos protocolos de adesão aos projectos assinados pelas empresas.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, não se registaram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores".

### **13. Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica de diferimentos inclui essencialmente os gastos com feiras de 2019 e os gastos a reconhecer no exercício seguinte relativos a seguros a liquidar.

### **14. Fundo Social**

Em 31 de Dezembro de 2018 o Fundo Social da Associação subscrito pelos associados era de 355.825 euros. Nos exercícios de 2018 e 2017 não se registaram movimentos de associados nesta rubrica.

### **15. Resultados transitados**

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 18 de Maio de 2018, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Esta rubrica inclui ainda os prejuízos contabilísticos apurados em períodos anteriores.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS**  
**ASSIMAGRA**

**16. Financiamentos obtidos**

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Tipo Financiamento	2018		2017	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Locações Financeiras Millenium BCP	42 261	74 835	35 936	86 040
<b>Total</b>	<b>42 261</b>	<b>74 835</b>	<b>35 936</b>	<b>86 040</b>

O detalhe das responsabilidades com locações financeiras discrimina-se como segue:

	Data fim	montantes em dívida		
		até 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos
BCP - Contrato 3364	2020	9 153	20 202	0
BCP - Contrato 3365	2020	9 137	20 963	0
BCP - Contrato 6063	2019	9 838	0	
BCP - Contrato 122748	2022	3 924	12 055	
BCP - Contrato 122749	2022	3 703	11 375	
BCP - Contrato 2869	2021	6 507	10 240	

**17. Fornecedores**

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores - contas correntes	759 263	141 203
Fornecedores - Conta títulos a pagar		
Fornecedores - Subsidiárias		
Fornecedores - Outras partes relacionadas		
<b>Total</b>	<b>759 263</b>	<b>141 203</b>

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**18. Outras dívidas a pagar**

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2018		31/12/2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Remunerações a pagar	53 583		24 925	
Credores por acréscimos de gastos	1 496			
Credores diversos - projectos	1 062 438		1 119 900	
Outros	45 841		27 786	
<b>Total</b>	<b>1 163 359</b>	<b>0</b>	<b>1 172 611</b>	<b>0</b>

A rubrica "Credores Diversos" respeita fundamentalmente a adiantamentos efectuados pelo Instituto Apoio PME Inovação referentes aos Projectos 69/2015 e 26344/2017 Interstone (Nota 12), cuja repartição desses valores pela Assimagra e pelos Associados será definida com o encerramento dos Projectos.

**19. Diferimentos**

A rubrica de diferimentos inclui essencialmente o excesso da facturação acumulada face aos réditos acumulados reconhecidos na demonstração dos resultados, relativamente a serviços prestados a clientes com feiras a realizar em 2019. Este saldo é corrente uma vez que se espera ser reconhecido durante os próximos doze meses.

**20. Prestações de serviços**

As prestações de serviços nos períodos de 2018 e de 2017 foram como segue:

	2018	2017
<b>Prestações de serviços</b>		
Mercado interno	1 862 251	1 958 901
Mercado externo		
	<b>1 862 251</b>	<b>1 958 901</b>

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**21. Subsídios á exploração**

O saldo desta rubrica nos períodos de 2018 e de 2017 é detalhado como segue:

<b>Programa</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
COMPETE - SIAC	-54 452	
INTERSTONE	821 967	380 097
PRIMEIRA PEDRA	324 730	502 504
Linked by Stone	238 086	125 715
Enterprise	312 555	128 614
Formação - Ação	51 206	10 433
S.Tone	40 614	
	<b>1 734 707</b>	<b>1 147 363</b>

**22. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

<b>Rubrica</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Serviços especializados	2 608 202	2 163 300
Publicidade e propaganda	594	1 500
Livros e documentação técnica	41	
Honorários	10 997	13 810
Conservação e reparação	3 084	1 700
Ferramentas e utensílios	8 181	9 584
Material escritório	2 171	1 999
Artigos para oferta		
Energia e fluidos	11 807	12 145
Deslocações e estadas	289 293	191 361
Transportes pessoal e mercadorias	43 763	55 815
Rendas e Alugures	5 627	4 286
Comunicação	10 090	9 900
Seguros	3 571	1 848
Contencioso e Notariado	554	185
Despesas Representação	24 734	32 548
Limpeza, Higiene e Conforto	917	549
Outros Fornec e Serviços	30 359	9 087
<b>Total</b>	<b>3 053 984</b>	<b>2 509 617</b>

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**23. Gastos com o pessoal**

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

<b>Rubrica</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Remunerações do Pessoal	332 639	291 248
Indemnizações		
Encargos sobre Remunerações	65 612	62 160
Seguros de Acidentes no Trabalho	1 724	1 721
Outros gastos com o Pessoal	275	150
<b>Total</b>	<b>400 250</b>	<b>355 279</b>

**24. Outros rendimentos**

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

<b>Rubrica</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Quotizações	162 440	184 585
Recuperação de dívidas		
Dividendos	3 974	10 551
Diferenças de câmbio favoráveis		
Alienações	813	19 137
Outros rendimentos suplementares		
Rendimentos em invest. não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos	21 669	6 984
<b>Total</b>	<b>188 896</b>	<b>221 257</b>

**25. Outros gastos**

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

<b>Rubrica</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Impostos e taxas	5 399	28 199
Gastos e perdas em outros Invest. Financeiros	78	
Outros gastos e perdas	44 541	18 834
<b>Total</b>	<b>50 019</b>	<b>47 033</b>

A rubrica "outros gastos" diz respeito essencialmente a quotizações pagas pela Associação e a correções relativas a períodos anteriores

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

**26. Resultados financeiros**

Os resultados financeiros, nos períodos de 2018 e de 2017, tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Juros obtidos		1 217
Diferenças de câmbios favoráveis		
Outros rendimentos similares		
<b>Total juros e rend. similares obtidos</b>	-	<b>1 217</b>
Juros suportados	1 677	4 492
Diferenças de câmbios desfavoráveis	80	
Outros gastos e perdas de financiamento	4 428	7 666
<b>Total juros e rend. similares suportados</b>	<b>6 185</b>	<b>12 158</b>

**27. Imposto sobre o Rendimento**

A Associação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa especial de 21%.

Acresce ainda que nos termos do artigo 81.º do Código do IRC, a Associação encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos devidamente identificados às taxas previstas no artigo supra mencionado.

De acordo com o artigo 45.º da Lei Geral Tributária, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos poderão ser prolongados ou suspensos de acordo com o artigo 46.º da mesma Lei.

A Direcção da Associação entende que eventuais correcções às declarações fiscais, resultantes de revisões ou inspecções por parte da Administração Fiscal não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

Nos termos do artigo 47.º do Código do IRC, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Os Impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios de 2018 e 2017 são detalhados da seguinte forma:

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS  
ASSIMAGRA**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Imposto Corrente		
Colecta	2 516	8 770
Derrama		
Tributações autónomas	2 737	3 475
Benefício Fiscal		
	5 252	12 245
Imposto Corrente de exercícios anteriores		
Imposto Diferido Activo		
Imposto Diferido Passivo		
<b>Total</b>	<b>5 252</b>	<b>12 245</b>

**28. Compromissos / Garantias prestadas**

Em 31 de Dezembro de 2018, a Associação não possui nenhuma obrigação ou compromisso extra contabilístico, além dos registados no balanço.

**29. Eventos subsequentes**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

**30. Informações exigidas por diplomas legais**

A Direcção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS (Associação) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.636.845 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.355.537 euros, incluindo um resultado líquido de 186.608 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS (ASSIMAGRA) em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Associação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

A realização do valor de 2.002.159 euros, respeitante a acréscimos de rendimentos (Nota 12), ocorrerá com os pedidos de pagamento e conclusão dos projetos apresentados no âmbito dos sistemas de incentivos à qualificação PME. A nossa opinião não é modificada por esta matéria.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Associação de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Associação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Associação.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Associação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas

significativas sobre a capacidade da Associação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Associação descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 10 de abril de 2019



---

**KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.**  
Representada por João José Lopes da Silva